

# UM RIO ENTRE A MISÉRIA E O “PROGRESSO”: As relações entre Trabalho e Natureza em Parnaíba-PI na primeira metade do século XX (1900-1920).

Alexandre Wellington dos Santos Silva<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo busca compreender as sociabilidades urbanas de trabalhadores e trabalhadoras na cidade de Parnaíba-PI com o Rio Parnaíba, e da mesma forma, compreender como este último interferia no cotidiano dos primeiros. Possui como bases teóricas a História Social (THOMPSON, 2001; SAMUEL, 1990) assim como a História Ambiental (WINIWARTER, 2010; WORSTER, 2015). Metodologicamente trabalha com estudos bibliográficos e de imprensa. Divide-se da seguinte forma: “*A natureza vista de baixo*”, realiza um debate entre a História Social e a História Ambiental; “*Os trabalhadores e a natureza*” formula as interações entre as diversas categorias laborais da cidade e o meio ambiente; “*Conclusão*”, observa a influência do Meio Ambiente na vida dos trabalhadores.

*Palavras-chave:* História Ambiental; História Social; Parnaíba; Trabalho.

## Abstract

This article aims to understand the urban sociabilities of workers in Parnaíba-PI with the Rio Parnaíba, and likewise understand how the last interfered in early daily life. Has as theoretical basis the Social History (THOMPSON, 2001; SAMUEL, 1990) as well as Environmental History (WINIWARTER, 2010; WORSTER, 2015). Methodologically works with bibliographic studies and press. Divided as following way: "Nature from below", makes a debate between the Social History and Environmental History; "Workers and nature" formulates interactions between the various job categories in the city and the environment; conclusion, observes the influence of environment on the lives of workers.

*Keywords:* Environmental History; Social History; Parnaíba; Work.

---

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí. Coordenador do GT “Trabalho e Natureza” do Núcleo de Estudos Aplicados ao Meio Ambiente (NEAMA)

### Por uma Natureza “vista de baixo”

E. P. Thompson dá o título de “*History from below*” ao artigo que de acordo com Sharpe (1992, p. 41) fez com que o conceito de “história vista de baixo” entrasse “na linguagem comum dos historiadores”. Nele, o autor busca romper com a “historiografia inglesa oficialmente correta”, isto é, uma oposição à história “das elites” e passava a analisar a “gente comum”.

Estes e outros escritos, deste e de demais autores abriram caminho para a solidificação das teorias da História Social, campo da História dedicado ao estudo da “vida real” ao invés das abstrações, pela gente comum ao invés das elites privilegiadas, pelas coisas cotidianas em vez dos eventos sensacionais” (SAMUEL, 1991, p. 135).

Além da característica de oposição a História dos grandes homens e dos grandes acontecimentos, outra marca da História Social é sua interdisciplinaridade, que busca analisar os fenômenos sociais e culturais através de diversos prismas e não somente da economia, levando em consideração que estes não estão “a reboque”, “seguindo os fenômenos econômicos a distância: eles estão, em seu surgimento, presos na mesma rede de relações” (THOMPSON, 2001. p. 208).

Apesar do esforço da História Social em compreender o real a partir de múltiplas perspectivas, Worster (2015, s/p) aponta que “Os historiadores nunca acreditaram que seu trabalho incluía levar em conta a natureza, nem o lugar da humanidade na natureza”, e aponta que “Mesmo historiadores dos oprimidos têm tendência para se concentrar exclusivamente na espécie humana, fazendo do ‘ser humano’ uma ideologia de exclusão e superioridade” (idem).

Esta História Ambiental que segundo Winiwarter (2010. p. 02), “preocupada com as interações entre a natureza e as sociedades humanas do passado, dá importância ao lugar e tenta associar a

história humana com os sistemas naturais” busca estudar as consequências da interação dos indivíduos com a natureza, e vice-versa.

Tal interação por sua vez possui um sem-número de “recortes”, mas neste trabalho optou-se por centrar a análise sob o viés de classe, isto é, “(...) um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” e que não pode ser tratado como “uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”. (THOMPSON, 1987. p. 09). Esta tomada de decisão se dá pela necessidade de compreender que as relações sociais com o meio ambiente não produzem experiências de forma igual para todos, ou seja,

*“(...) é preciso recordar que vivemos em um regime guiado por uma divisão social do trabalho, onde a uns cabem as decisões e a outros, o cumprimento de diretrizes previamente traçadas. É preciso lembrar que o caráter privado da propriedade no regime capitalista determina uma apropriação privada da natureza, seja em escala local, nacional, e dada à extensão de uma divisão internacional do trabalho, em escala mundial”.* (WALDMAN, 1990. p. 36).

Desta forma, a proposta geral deste artigo consolida-se na busca por uma “natureza vista de baixo”, isto é, na junção entre a História Social e a História Ambiental, ansiando em perceber as relações de trabalho dos setores marginalizados de determinado local com a natureza, e o quanto esta última afeta os primeiros.

### Os “Mundos do trabalho” no Rio Parnaíba.

O Rio Parnaíba foi fundamental para o estabelecimento da cidade de Parnaíba como um dos principais entrepostos comerciais do Nordeste durante a primeira metade do século XX. Welle (1912. p.10), discutindo o desenvolvimento do Estado do Piauí, defende que uma das dificuldades para acompanhar seus vizinhos é sua falta de comunicação, considerando que “O único canal de comunicação, relativamente fácil, mas vagaroso, é o rio de Parnaíba (...)” (tradução nossa). Percebe-se ainda mais a importância do rio para a vida comercial do Estado e da cidade através de sua utilização para tal fim:

*“Importa-se diretamente da Inglaterra e da Alemanha armas, munições, tecidos e roupas feitas, calçados, chapéus, louças, talheres, azeite, manteiga, queijos, presuntos, massas alimentícias, farinha de trigo, medicamentos, sabão, ferragens, tintas, artigos de armarinhos, moda, escritório, dentre outros. Da Guiana Francesa recebia o Piauí também louças, espelhos, conservas alimentícias, manteiga, farinha de trigo. Diretamente da França, medicamentos, vinho, charuto, peixe em conserva, cigarros e muitos outros artigos”.* (NUNES & ABREU apud BARBOSA, 1995. p. 99)

Esta vasta rede econômica guiada através da lógica do rio não se constituiu pelo mero desejo de uma dúzia de grandes abastados. Foi forjada através do suor de milhares de trabalhadores que, marginalizados do poder instituído, tinham, por vezes, no labor, a única ferramenta de sobrevivência. A experiência coletiva de múltiplos ofícios gerados a partir da existência do rio produziram saberes e peculiaridades no modo de viver destes trabalhadores, constituindo assim os “mundos do trabalho”, isto é,

*“ (...) o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja, é um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho”* (FIGARO, 2008. p. 92).

Estes trabalhadores e trabalhadores constituíam numericamente a maioria esmagadora da população, encontravam-se duplamente marginalizados: Distanciados das esferas de decisão coletiva e habitando a periferia da cidade de Parnaíba no início do século XX, nos “ (...) bairros proletários, uma enorme cinta de palhoças e casebres, onde as ruas não eram calçadas, não havia jardins nem praças arborizadas e onde os fios elétricos não chegavam. Eram a Coroa, os Tucuns e os Campos” (BRANCO, 1981. p. 20). Parte destes bairros beiravam as margens do Rio, onde, segundo RECLUS (1900, p. 169), “As casas erguem-se na margem direita d’um abraço do delta (...), num terreno humido de alluviões, onde a aclimação não se faz sem perigo” Ainda segundo Branco (1981. p. 20-21), sua “ (...) população, duas vezes maior que a de Parnaíba propriamente, vivia inteiramente em dependência da cidade”. Das diversas categorias de trabalhadores, elencamos três delas para analisar suas relações com o Parnaíba: Os estivadores, os vareiros, e as prostitutas. Estes primeiros eram responsáveis pela carga e descarga de produtos vindos de diversas partes do

país e do mundo. Branco (1981, p. 20) nos expõe o cotidiano destes trabalhadores:

*E entre as sacas e os armazéns, fervilhavam os estivadores, a catraia, os vareiros, os embarcações, só de tangas, pés descalços, tronco nu, uma faca de marinheira pendurada na cintura, ou um grande punhal, o “espín”, que é sua arma, seu companheiro, seu tudo. À cabeça levavam um saco de estopa, ora em carapuça para proteger do sol e da chuva, ora em “rodia” para amortecer o peso das cargas.*

A fisionomia, os costumes e as vestimentas destes estivadores permitenos revelar um panorama mais amplo da “gente comum” que subsistia através do trabalho no rio. Trazem a reflexão do tipo de trabalho que realizavam, das suas dificuldades diárias e de suas peculiaridades. Campos (1983, p. 306), em suas “Memórias”, manifesta, também, suas impressões acerca dos estivadores: “Por toda a extensão do pequeno cais, que tomava a largura da rua e era continuado pelos telheiros dos armazéns da Alfândega, enxameava todo um mundo de estivadores, pretalhões e caboclos despídos da cintura para cima e da coxa para baixo (...).” O autor continua:

*“Ao cair da tarde, terminadas as descargas, vinham aqueles homens estivar-se no largo passeio do estabelecimento, e à sombra dele, as mãos cruzadas por baixo da cabeça, trocando pilhérias grosseiras (...). Às vezes, excedidos na aguardente, travavam luta, investindo-se de cacete em punho, a mão no cós à procura da faca. (...)”.* (CAMPOS. 1983. p. 306-307)

Estes combates eram quase que corriqueiro entre os estivadores, para demonstrar superioridade física ou até

mesmo como divertimento. Uma categoria dominada pelo sexo masculino, onde “Tudo, nesse ambiente, respirava coragem, valentia, força física, e quase sempre, ingênua, leal e desassombrada ferocidade”. (CAMPOS. 1983. p. 307)

Embora essas ações possam denotar cisões internas ou total fragmentação de classe, os estivadores manifestavam períodos de unidade em prol da categoria. A exemplo disto, o jornal A Semana, de Parnaíba-PI, noticiava no ano de 1916 sobre a ocorrência de uma greve em um dos navios de carga no Porto da cidade, organizada pelos estivadores:

*“Foi muito grave a greve havida ha dias à bordo do vapor Christino Cruz, ao nosso porto em ocasião de seguir viagem para Tutoya. O caso foi que os tripulantes do sobredito vapor não recebiam suas soldadas nas quaes estavam atrasados havia algum tempo. Consta-nos que à vista dessa reclamação aliás bem justa o sr. capitão do Porto intimou o vapor a não sahir enquanto não satisfizesse aquelle compromisso. Consta-nos ainda mais que o ser agente depois de ter rezado o padre nosso de traz para diante e diante para traz e o credo em cruz conseguiu que lhe emprestassem o dinheiro para o pagamento e o Christino lá se fio lampeiro com a tripulação garbosa rumo de Tutoya. Antes assim...”.* (Greve Grave. A SEMANA, 3 de dezembro de 1916. ano I, nº 8. p. 03).

Estas ações podem refletir o processo organizacional no qual os estivadores passaram ao longo do tempo. Tal premissa é defendida por conta dos registros documentados no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, também conhecido como “Almanak Larmer<sup>1</sup>”. Em sua edição do ano

<sup>1</sup> III Vol, “Estados do Norte”. p. 3910

de 1921-1922, deram conta da existência, na cidade de Parnaíba, da “Sociedade União dos Estivadores”. Os conflitos, métodos organizacionais e especificidades locais desta associação ainda estão por serem analisados, por conta da ausência de fontes.

Tão árduo e intenso quando o trabalho dos estivadores era o dos vareiros, que recebiam esse nome devido as varas que utilizavam para guiar a velocidade e direção das precárias barcas onde transportavam, por vezes, toneladas de produtos, e, segundo Campos (1962, p. 168), “O que caracteriza êsse gênero de transporte primitivo é, todavia, a força que o aciona. Força humana. Braço de caboclo. Músculo negro. Energia de homem branco embrutecido pela pobreza”, e que “ (...) levam aquelas toneladas de carga, no valor de centenas de contos, de Floriano a Parnaíba, rio abaixo, ou e Parnaíba a Floriano, Rio acima, através de centenas de léguas, vencidas penosamente” (idem). Formavam a base do transporte fluvial no Rio Parnaíba, e, por isso, uma das forças principais para o “crescimento” do comércio no Estado. Porém, Lima (1987, p. 15) nos indica que:

*(...) esse comércio vivo e vigoroso, que prosperava rapidamente a pouca distância do porto de amarração (...), teve sua origem na força física do homem do rio. No chamado vareiro, que antes de contar com o concurso da pequena embarcação a vapor teve ele mesmo que gerar força motriz necessária para acionar as primeiras embarcações, desde o Porto Salgado, até além do curso médio do rio Parnaíba.*

Realizando seu trabalho ao longo do Rio Parnaíba “semi-nus, tendo apenas, entre a cintura e coxa, um calção de zuarte ou de estopa, molambo que os mendigos recusariam, resto de uma calça ou de um saco, a musculatura à mostra (...)”

(CAMPOS, 1962. 168-169), sofriam as intempéries do tempo, traduzidas em tempestades, ou mesmo nas cheias do rio. Adquiriam enfermidades, e eventualmente iam a óbito, como narra Campos (1962, p. 162-163).

*“O “vareiro” vomita sangue. Faz mais uma ou duas viagens. Emagrece. A febre, que o visitava cada ano, tornou-se a sua companheira de cada dia. Desambarca para curar-se. Toma um ou dois remédios caseiros. Sustenta-se com as esmoladas que lhe dão, no povoado em que agoniza. E morre, indo fecundar com a sua carne mortificada, ou com os seus ossos, as ribanceiras do rio, que as águas avolumadas cobrirão nas enchentes do próximo inverno.*

Os vareiros não foram páreo para a concorrência desleal dos “vapores” de pequeno porte, mais ágeis, mais fortes, podendo levar o dobro das cargas transportadas por eles, por um preço relativamente mais alto, que para serem instalados, necessitaram de quantias significativas de capital, irônica e lamentavelmente extraídas através do processo de maisvalia das diversas categorias de trabalhadores, dentre elas, os próprios vareiros. Desta forma, concordamos com Lima (1987, p. 16) quando este declara que

*(...) o progresso foi baseado principalmente no oportunismo do esforço alheio. Na energia daqueles que morejando de sol a sol numa cruenta batalha pela própria sobrevivência, atolados na completa ignorância em que viviam, cedo desapareciam, sem deixarem um marco sequer na caminhada empreendida pela prosperidade de material da região, da qual nunca participaram.*

Outra contradição dialética do trabalho através do Rio era a incidência

da prostituição, geralmente no porto. Campos (1983, p. 306) nos relata que “No cais, era possível vislumbrar “ (...) uma infinidade de pretinhas adolescentes, ou velhas megeras desgrenhadas e sujas, que se degradavam na embriaguez e na prostituição”. Estas mulheres, de acordo com Branco (1981. p. 21) “ (...) recebiam em seus braços os caboclos de sua zona ou os rapazes do centro e os mandavam de volta com cargas idênticas de 'doença do mundo”.

A ameaça da pobreza quase sempre, para estas mulheres, acompanhava a ameaça dos preconceitos sociais, advindo de trabalhadores, e de ambos os sexos, entre a elite, e da ameaça constante das enfermidades causadas pelas relações sexuais, como a sífilis. Campos (1962. p. 180-181) nos apresenta o interior da moradia de parte dessas prostitutas, próximas ao porto:

*Eram quartos isolados, compartimentos de um telheiro baixo, espécie de 'cortiço' do norte, sem qualquer dependência para a higiene do morador. (...) O chão, de tijolo, achava-se esburacado, como se por ali passassem carroças, veículos de grande peso. O teto, baixo, inclinava-se para o interior, ficando quasi à altura da mão. Porta, não havia senão aquele, por onde eu entrara. E o quarto era tão estreito, que a rede o atravessava, de uma parede a outra. Rede imunda, escura, e sem varandas. Rede que substituía a cama dos prostíbulos civilizados. Rede em que havia, talvez, areia dos pontos mais remotos da cidade, trazida nos pés sujos dos caboclos urbanos e dos mulatos pacholas da redondeza.*

Na rígida hierarquia social da época, as prostitutas alcançavam o último lugar, pois somente a presença destas entre a alta sociedade parnaibana feria duplamente os “padrões” destes: Econo-

micamente, por serem pobres; Moralmente, por serem prostitutas. A contradição, porém, surge no momento em que parte dos homens que compunham as famílias tradicionais usufruíam dos “serviços” das prostitutas. Branco (1981. p. 88), ao expor as paixões que este e outros filhos dos vultos da cidade tinham pelas mães e filhas dos “grandes homens” de Parnaíba, declara que não poderiam vê-las senão de forma platônica, e que “Nossos amores humanos, as exigências de nossos corpos, íamos satisfazer nas empregadinhas, nas mulatas, nas cunhãs. Pois não era esta a tradição do machismo luso-brasileiro, que herdáramos, sem discutir nem analisar, de nossos avós?”.

### Conclusão

Parnaíba sempre sofreu influências consideráveis da natureza. Os bairros pobres, expostos por Renato Castelo Branco, carregam em seus nomes a marca da interação entre a sociedade e o Meio Ambiente: A Coroa “ (...) situa-se à beira-rio. O seu nome original nasceu das “coroas” do rio, espécie de minúsculas ilhas, formadas ao leito do Igaracu, quando diminui a sua correnteza” (PAS-SOS, 1987. p. 25).

O Bairro dos Tucuns, descrito por Passos (1987. p. 44), era conhecido assim por ser erigido em “uma mata cerrada. O tucum, planta da família das palmáceas (...) imperava na região. (...) O homem, aventureiro audaz, começou a fazer às margens do Igaracu as suas casas de barro batido, cobertas das palhas dessas palmeiras (...)”. Passos (idem) ainda informa que “Ali moravam as famílias que faziam do rio o seu ‘tesouro encantado’. Eram vareiros, canoieiros e pescadores”.

Essas regiões próximas ao rio sofriam constantemente com inundações. Nos *Relatorios dos Presidentes dos Estados Brasileiros* (1917. p. 06), composto pelo Governador Eurípedes de Aguiar, dá conta que em diversas regiões do Estado “Riachos insignificantes fizeram-se rios

caudalosos, baixões e várzeas transformaram-se em lagôas imensas (...). Os caminhos, alagados, ficaram intransitáveis, muitas casas ruíram (...). No ano seguinte, os “Relatórios” (1918. p.07) registram um “Auxílio do Governo Federal às vítimas das inundações”, destinadas ao “ (...) socorro às vítimas das inundações neste Estado”, sendo repassada a quantia de 4:250\$00 para a Santa Casa de Misericórdia, em Parnaíba.

Desta forma, concluímos que a percepção da função do rio estava diretamente ligada aos aspectos econômicos, culturais e sociais de determinada classe. O rio que trazia produtos de importação dos principais centros comerciais mundiais, ou que importava artigos produzidos em solo parnaibano para outras cidades ao longo de sua encosta, era o mesmo que devorava a vida e o suor de inúmeros trabalhadores. O rio que carregava as riquezas, refletidas nos casarões dos grandes comerciantes da cidade, levava consigo, em tempos de enchente, as residências do povo simples que habitava em suas margens. O rio, sinônimo de progresso econômico para as classes dominantes, significava trabalho, miséria e morte para os subalternos.

A pesquisa encerra-se na esperança de colaborar para análises futuras, tendo como norte teórico História Social e a História Ambiental. Tenta também construir a perspectiva de que as riquezas produzidas durante o período de fausto da urbe foram usufruídas por uma ínfima parcela da população, e que as classes produtoras não participaram igualmente do processo de divisão destas riquezas; da mesma forma, tenta compreender o papel fundamental da natureza no sistema de construção de sociabilidades e experiências coletivas, e o quanto estas mesmas sociabilidades e experiências influenciam a natureza.

#### Referências Bibliográficas

BRANCO, Renato Castelo. **Tomei um Ita no Norte**. São Paulo: L R Editores Ltda, 1981.

CAMPOS, Humberto de. **Memórias**. São Paulo: Opus, 1983.

\_\_\_\_\_. **Memórias Inacabadas**. São Paulo: Mérito, 1962.

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho e as organizações: Abordagens discursivas de diferentes significados**. Revista *Organicom*. São Paulo. v.5, n.09. 2008. <<http://glurl.co/iV2>> Acessado em 16.10.2015, às 01:25h.

LIMA, Raimundo de Sousa. **Vareiros do rio Parnaíba & outras histórias**. Parnaíba: Secretaria da Cultura Desportos e Turismo. Fundação de Cultura do Piauí, 1987.

NUNES, Maria Célis Portella & ABREU, Irlane Gonçalves de. Vilas e cidades do Piauí. *In.: Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

PASSOS, Caio. **Cada Rua, Sua História**. IOCE. Parnaíba, 1982.

RECLUS, Élisée. **Estados Unidos do Brasil - Geographia, Ethnographia, Estatística**. H. Garnier, Rio de Janeiro: 1900.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. *In.: A Escrita da História*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SAMUEL, Raphael, et al. **Qué es la Historia Social?** Revista *Historia Social*: Instituto de Historia Social U.N.E.D. Valencia. n. 10, 1991.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária, v. 01 - A árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. *In.: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e Movimentos Sociais: Breve fundamentação**. *In.: Hidrelétricas, Ecologia e Progresso*. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

WALLE, Paul. **Au Brésil - États de Piauhy et de Maranhão**. Paris: E. Guilmoto, 1912

WINIWARTER, Verena. **Abordagens sobre a História Ambiental: um guia de campo para os seus conceitos**. Revista Abordagens Geográficas - volume 1, número 1, 2010.

WORSTER, Donald. **Por que precisamos da História Ambiental?** NEAMA - Núcleo de Estudos Aplicados ao Meio Ambiente. <<http://glurl.co/iV1>>. Traduzido em 2015. Acessado em 16.10.2015, às 22:10.

*Jornais, Almanques e Relatórios*

A Semana (1916).

Relatórios dos Presidentes de Estado Brasileiros. (1918, 1919)

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1921-1922. III Vol.: “Estados do Norte”).